

# **Demonstrações Financeiras**

## **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**

31 de dezembro de 2015 e 2014  
com Relatório dos Auditores Independentes

# Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	3
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstração dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**  
São José dos Pinhais - PR

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

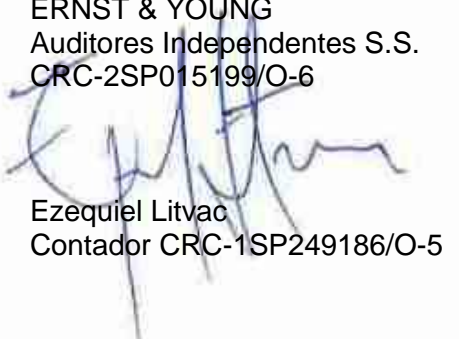
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de março de 2016.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Ezequiel Litvac  
Contador CRC-1SP249186/O-5

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>11.621</b>	6.048
Clientes	6	<b>9.815</b>	8.267
Despesas antecipadas	7	<b>198</b>	813
Tributos a recuperar	8	<b>338</b>	-
Partes relacionadas	15	<b>1</b>	-
Outros créditos		<b>445</b>	167
Total do ativo circulante		<b>22.418</b>	15.295
Não circulante			
Tributos diferidos	12.a	<b>3.085</b>	2.810
Depósitos judiciais	9	<b>1.620</b>	1.334
Imobilizado	10	<b>11.882</b>	13.446
Intangível	11	<b>202.692</b>	176.466
Total do ativo não circulante		<b>219.279</b>	194.056
Total do ativo		<b>241.697</b>	209.351

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		<b>1.977</b>	3.669
Debêntures	14	<b>165.965</b>	2.407
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	<b>2.220</b>	2.175
Obrigações sociais e trabalhistas	18	<b>1.578</b>	2.139
Partes relacionadas - fornecedores	15	<b>3.977</b>	1.764
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c	<b>772</b>	4.816
Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar	19.d	<b>95</b>	-
Provisão para manutenção	16	<b>4.326</b>	8.223
Obrigações com poder concedente	17	<b>877</b>	811
Outras contas a pagar		<b>596</b>	389
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>182.383</b>	26.393
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	14	-	142.953
Provisão para manutenção	16	<b>8.157</b>	5.393
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	19	<b>3.697</b>	3.878
Outras contas a pagar		<b>1.030</b>	1.167
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>12.884</b>	153.391
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20.a	<b>27.600</b>	15.600
Reserva de lucros - legal	20.b	<b>5.520</b>	3.120
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	20.c	<b>433</b>	297
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	20.d	<b>12.877</b>	10.550
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>46.430</b>	29.567
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>241.697</b>	209.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Receita líquida	21	<b>268.717</b>	248.807
Custo dos serviços prestados	22	<b>(135.503)</b>	(113.490)
Lucro bruto		<b>133.214</b>	135.317
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas operacionais	22	<b>(15.844)</b>	(19.855)
Outras receitas e despesas, líquidas		<b>(2)</b>	(16)
		<b>(15.846)</b>	(19.871)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<b>117.368</b>	115.446
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	<b>1.317</b>	1.683
Despesas financeiras	23	<b>(23.320)</b>	(15.056)
		<b>(22.003)</b>	(13.373)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>95.365</b>	102.073
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12.b	<b>(32.047)</b>	(34.877)
Diferidos	12.b	<b>275</b>	599
		<b>(31.772)</b>	(34.278)
Lucro líquido do exercício		<b>63.593</b>	67.795
Lucro líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	24	<b>4,00</b>	4,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	63.593	67.795
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>63.593</u>	<u>67.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		15.600	139	3.120	13.337	-	32.196
Opções outorgadas reconhecidas	20.c	-	158	-	-	-	158
Dividendos distribuídos (R\$0,85 por ação)	20.d	-	-	-	(13.337)	-	(13.337)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	67.795	67.795
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,05 por ação)	20.d	-	-	-	-	(780)	(780)
Dividendos intermediários pagos (R\$3,62 por ação)	20.d	-	-	-	-	(56.465)	(56.465)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,68 por ação)	20.d	-	-	-	10.550	(10.550)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>15.600</b>	<b>297</b>	<b>3.120</b>	<b>10.550</b>	<b>-</b>	<b>29.567</b>
Aporte de capital	20.a	<b>12.000</b>	-	-	-	-	<b>12.000</b>
Opções outorgadas reconhecidas	20.c	-	<b>136</b>	-	-	-	<b>136</b>
Dividendos pagos (R\$0,68 por ação)	20.d	-	-	-	<b>(10.550)</b>	-	<b>(10.550)</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	<b>63.593</b>	<b>63.593</b>
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	20.b	-	-	<b>2.400</b>	-	<b>(2.400)</b>	<b>-</b>
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,08 por ação)	20.d	-	-	-	-	<b>(1.171)</b>	<b>(1.171)</b>
Dividendos intermediários pagos (R\$3,02 por ação)	20.d	-	-	-	-	<b>(47.145)</b>	<b>(47.145)</b>
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,47 por ação)	20.d	-	-	-	<b>12.877</b>	<b>(12.877)</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>27.600</b>	<b>433</b>	<b>5.520</b>	<b>12.877</b>	<b>-</b>	<b>46.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido	63.593	67.795
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	28.916	16.389
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	200	10
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	20.685	12.943
Constituição de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	1.309	183
Atualização monetária de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	340	386
Constituição de provisão para manutenção	5.600	5.398
Atualização monetária de provisão para manutenção	1.487	961
Plano de opção com base em ações	136	158
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(275)	(599)
Levantamento de depósitos judiciais	27	78
Atualização monetária de depósitos judiciais	(188)	(126)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.553)	(1.412)
Tributos a recuperar	(338)	-
Despesas antecipadas	615	-
Outros créditos e outras contas a receber	(278)	9
Depósitos judiciais	(125)	(171)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.692)	(5.803)
Obrigações sociais e trabalhistas	(561)	108
Impostos, taxas e contribuições a recolher	45	(134)
Partes relacionadas	2.212	(1.646)
Pagamentos de perdas trabalhistas e cíveis	(1.830)	(313)
Pagamento de manutenção	(8.220)	(6.944)
Outras contas a pagar	70	(136)
Imposto de renda e contribuição social	(4.044)	4.032
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>106.136</u>	<u>91.166</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.398)	(3.008)
Aquisição de intangível	(52.380)	(44.746)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(53.778)</u>	<u>(47.754)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	12.000	-
Obrigações com poder concedente	66	(739)
Captação de empréstimos	-	44.000
Pagamento de empréstimos	-	(149.000)
Captação de debêntures	-	142.735
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(58.771)	(70.715)
Juros pagos	(80)	(11.671)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(46.785)</u>	<u>(45.390)</u>
Aumento (Redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.573</u>	<u>(1.978)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.048	8.026
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.621	6.048
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.573</u>	<u>(1.978)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021), mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2016.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

#### 2.2. Moeda funcional da apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico da Companhia.

### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

#### a) Instrumentos financeiros

##### i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados.

#### Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) são apresentadas na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

##### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

##### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### ii) *Passivos financeiros--Continuação*

##### *Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

##### iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

##### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.



## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### f) Normas, alterações e interpretações de normas

- i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:*

<b>Norma</b>	<b>Requerimento</b>	<b>Impacto nas demonstrações financeiras</b>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IAS 16 e 38 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

##### ii) *Alterações de pronunciamentos já existentes*

<b>Norma</b>	<b>Requerimento</b>	<b>Impacto nas demonstrações financeiras</b>
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (Divulgação) - Aplicabilidade das Divulgações de Offset às Demonstrações Financeiras Condensadas	<p>A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas.</p> <p>No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Essa alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.</p>	<p>A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.</p>

### 4. Principais usos de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

## **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação**

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no contrato de concessão.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

## **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Principais usos de estimativas e julgamento--Continuação**

#### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

#### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- (a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 13,99% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

#### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos:	<b>3.166</b>	4.515
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	<b>3.349</b>	791
Aplicações compromissadas (b)	<b>3.011</b>	-
Aplicações automáticas compromissadas (c)	<b>2.095</b>	742
Total	<b>11.621</b>	6.048

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 26,1% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 13,1% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 01 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/12/2015	31/12/2014
Pedágio eletrônico	9.296	7.948
Cupons de pedágio	385	168
Receitas acessórias	139	151
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(5)	-
	<b>9.815</b>	<b>8.267</b>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	9.801	8.226
Vencidos:		
Até 30 dias	12	15
De 31 a 120 dias	2	26
Acima de 120 dias	5	-
	<b>9.820</b>	<b>8.267</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	-	-
Constituição de PCLD no exercício	5	-
	<b>5</b>	<b>-</b>

### 7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$198 (R\$813 em 31 de dezembro de 2014), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 28.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF a recuperar	45	-
IRPJ/CSLL a recuperar	293	-
	<u>338</u>	<u>-</u>

### 9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo no início do exercício	1.334	1.115
Adições	125	171
Baixas	(27)	(78)
Atualização monetária	188	126
Saldo no final do exercício	<u>1.620</u>	<u>1.334</u>

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado

#### Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Hardwares	8,6	10.049	1.504	-	253	11.806	(7.899)	(953)	-	-	(8.852)	2.954	2.150
Maquinas e equipamentos	7,6	1.716	112	(1)	81	1.908	(1.262)	(140)	-	-	(1.402)	506	454
Móveis e utensílios	7,3	1.184	2	(19)	-	1.167	(694)	(85)	13	-	(766)	401	490
Veículos	14,1	733	295	-	441	1.469	(227)	(186)	-	-	(413)	1.056	506
Instalações	10,3	3.131	621	-	-	3.752	(355)	(355)	-	-	(710)	3.042	2.776
Terrenos	-	48	-	-	-	48	-	-	-	-	-	48	48
Edificações	4,8	13.165	-	-	-	13.165	(8.675)	(637)	-	-	(9.312)	3.853	4.490
Outros	4,3	4.609	474	-	(1.863)	3.220	(2.508)	(128)	-	1.002	(1.634)	1.586	2.101
		34.635	3.008	(20)	(1.088)	36.535	(21.620)	(2.484)	13	1.002	(23.089)	13.446	13.015



## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado--Continuação

#### Política contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de depreciação - %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	8,8	11.806	534	-	-	<b>12.340</b>	(8.852)	(1.058)	-	-	<b>(9.910)</b>	<b>2.430</b>	2.954
Maquinas e equipamentos	8,2	1.908	81	-	-	<b>1.989</b>	(1.402)	(159)	-	-	<b>(1.561)</b>	<b>428</b>	506
Móveis e utensílios	6,4	1.167	16	-	-	<b>1.183</b>	(766)	(75)	-	-	<b>(841)</b>	<b>342</b>	401
Veículos	20,7	1.469	88	-	-	<b>1.557</b>	(413)	(313)	-	-	<b>(726)</b>	<b>831</b>	1.056
Instalações	10,6	3.752	202	-	-	<b>3.954</b>	(710)	(409)	-	-	<b>(1.119)</b>	<b>2.835</b>	3.042
Terrenos	-	48	-	-	-	<b>48</b>	-	-	-	-	<b>-</b>	<b>48</b>	48
Edificações	4,0	13.165	-	-	-	<b>13.165</b>	(9.312)	(530)	-	(106)	<b>(9.948)</b>	<b>3.217</b>	3.853
Outros	6,7	3.220	477	(200)	-	<b>3.497</b>	(1.634)	(218)	-	106	<b>(1.746)</b>	<b>1.751</b>	1.586
		<b>36.535</b>	<b>1.398</b>	<b>(200)</b>	<b>-</b>	<b>37.733</b>	<b>(23.089)</b>	<b>(2.762)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25.851)</b>	<b>11.882</b>	<b>13.446</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos, ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram capitalizados encargos financeiros.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível

#### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Contratos de concessão	(*)	231.108	44.062	-	1.622	<b>276.792</b>	(85.902)	(13.849)	(1.002)	<b>(100.753)</b>	<b>176.039</b>	145.206
Intangível em andamento	-	235	534	-	(534)	<b>235</b>	-	-	-	-	<b>235</b>	235
Softwares de terceiros	5,8	887	150	(3)	-	<b>1.034</b>	(786)	(56)	-	<b>(842)</b>	<b>192</b>	101
		<b>232.230</b>	<b>44.746</b>	<b>(3)</b>	<b>1.088</b>	<b>278.061</b>	<b>(86.688)</b>	<b>(13.905)</b>	<b>(1.002)</b>	<b>(101.595)</b>	<b>176.466</b>	145.542

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível--Continuação

#### Política contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Contratos de concessão	(*)	276.792	52.192	-	-	<b>328.984</b>	<b>(100.753)</b>	(26.068)	-	<b>(126.821)</b>	<b>202.163</b>	176.039
Intangível em andamento	-	235	-	-	-	<b>235</b>	-	-	-	-	<b>235</b>	235
Softwares de terceiros	7,6	1.034	188	-	-	<b>1.222</b>	<b>(842)</b>	(86)	-	<b>(928)</b>	<b>294</b>	192
		<b>278.061</b>	<b>52.380</b>	-	-	<b>330.441</b>	<b>(101.595)</b>	<b>(26.154)</b>	-	<b>(127.749)</b>	<b>202.692</b>	176.466

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2015 é 8,61% (5,44% em 31 de dezembro de 2014).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imposto de renda e contribuição social

#### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

#### a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015	31/12/2015
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	1.318	116	(177)	1.257	(61)
Provisão para férias e encargos diretores	7	110	(6)	111	104
Provisão para manutenção ICPC01	4.835	633	(1.016)	4.452	(383)
Juros capitalizados	(517)	-	206	(311)	206
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(2.833)	-	409	(2.424)	409
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	2.810	859	(584)	3.085	
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido					275

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### Política contábil--Continuação

##### a) *Tributos diferidos--Continuação*

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2015	-	558
2016	554	558
2017	554	558
2018	554	558
2019	554	558
Após 2019	869	20
	<u>3.085</u>	<u>2.810</u>

(\*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### Política contábil--Continuação

#### b) *Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>95.365</b>	102.073
Alíquota	<b>34%</b>	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	<b>(32.424)</b>	(34.705)
Juros sobre o capital próprio	<b>398</b>	265
Despesas indedutíveis	<b>(10)</b>	(4)
Incentivos fiscais - PAT	<b>148</b>	140
Ajuste Prêmio Stock Option	<b>54</b>	-
Outros	<b>62</b>	26
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<b>(31.772)</b>	(34.278)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	<b>(32.047)</b>	(34.877)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<b>275</b>	599

#### c) *Imposto de renda e contribuição social pagos*

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	<b>4.816</b>	784
Despesa IR/CS corrente DRE	<b>32.047</b>	34.877
Total IR/CS pagos no exercício	<b>(36.091)</b>	(30.845)
Saldo final provisão IR/CS	<b>772</b>	4.816

### 13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto sobre faturamento:		
ISS	<b>1.118</b>	1.037
Cofins	<b>679</b>	626
PIS	<b>147</b>	136
ISS na fonte	<b>54</b>	125
Outros impostos	<b>222</b>	251
	<b>2.220</b>	2.175

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Principal corrigido	143.000	143.000
Remuneração (juros)	23.026	2.593
Custos com emissão de debêntures (*)	(61)	(233)
	<u>165.965</u>	<u>145.360</u>
Circulante	165.965	2.407
Não circulante	-	142.953

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	145.360	-
Captação de debêntures	-	142.735
Juros pagos	(80)	-
Encargos financeiros	20.685	2.625
Saldo final	<u>165.965</u>	<u>145.360</u>

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	14.300 (série única)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2015	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	Atualização monetária anual pela variação do CDI
Remuneração (juros e correção)	105,7% do CDI
Vencimento da remuneração (juros e correção)	04/03/2016
Vencimento da amortização	04/03/2016
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
Garantias	Não há garantias de qualquer natureza.
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Debêntures--Continuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2016	-	-	-	143.000	(47)	142.953
	-	-	-	143.000	(47)	142.953

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Concessionária Ecovia Caminho do Mar	Debêntures - Série Única - 1ª Emissão	04/11/2014	143.000	233	142.767	105,7%CDI	13,89%

### 15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanço patrimonial		Ativo		Passivo
Companhia	Natureza	Contas a receber	Intangível	Contas a pagar
Circulante:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	3.423
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora	1	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	573	27
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	11.234	527
<b>Total em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>1</b>	<b>11.807</b>	<b>3.977</b>
Total em 31 de dezembro de 2014		-	9.152	1.764



## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Partes relacionadas--Continuação

<u>Demonstração de resultado</u>			
<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	14.401	7.484
<b>Total em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>14.401</b>	<b>7.484</b>
Total em 31 de dezembro de 2014		13.769	7.155

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$21.885, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$35.755, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, há um saldo de serviços a realizar de R\$22.994. Os saldos em aberto a pagar R\$554 (sobre os serviços já realizados) tem vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O saldo refere-se a transferências de funcionários que ocorreram em dezembro de 2015.

#### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em R\$473 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2014).

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Partes relacionadas--Continuação

#### Remuneração dos administradores--Continuação

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Remuneração (fixa/variável) (*)	-	855
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 20.c)	136	158
Previdência privada	7	10
Remun. Baseada ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	25	-
	<u>168</u>	<u>1.023</u>

(\*) As remunerações fixa e variável estão sendo pagas pela coligada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, devido ao compartilhamento do Diretor Superintendente.

### 16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão de manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com a taxa de 13,99% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrado a seguir.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2014</u>
Constituição da provisão para manutenção	50.003	7.554	-	-	57.557
Efeito a valor presente sobre a constituição	(8.917)	(2.156)	-	-	(11.073)
Realização da manutenção	(31.382)	-	(6.944)	-	(38.326)
Ajuste a valor presente - realizações	4.497	-	-	961	5.458
	<u>14.201</u>	<u>5.398</u>	<u>(6.944)</u>	<u>961</u>	<u>13.616</u>
Circulante	<u>9.328</u>				<u>8.223</u>
Não circulante	<u>4.873</u>				<u>5.393</u>

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para manutenção--Continuação

	31/12/2014	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2015
Constituição da provisão para manutenção	57.557	7.974	-	-	65.531
Efeito a valor presente sobre a constituição	(11.073)	(2.374)	-	-	(13.447)
Realização da manutenção	(38.326)	-	(8.220)	-	(46.546)
Ajuste a valor presente - realizações	5.458	-	-	1.487	6.945
	13.616	5.600	(8.220)	1.487	12.483
Circulante	8.223				4.326
Não circulante	5.393				8.157

### 17. Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2015	31/12/2014
Verba de Fiscalização (a)	238	223
Verba Polícia Rodoviária (b)	639	588
	877	811

- (a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2015, o valor atualizado mensal é de R\$238 (R\$223 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia recolhe a título de taxa de fiscalização, mensalmente a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- (b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária.

A Companhia estima montante relacionado, em 31 de dezembro de 2015, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de concessão. Esse valor poderá ser alterado em razão de adequação contratual e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	Previsão de 2016 a 2021	Previsão de 2015 a 2021
Melhorias na infraestrutura	81.160	124.321
Conservação especial (manutenção)	51.492	54.440
Equipamentos	11.062	10.427

#### Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

## **Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Obrigações com Poder Concedente--Continuação**

#### Informações adicionais sobre o contrato de concessão--Continuação

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

As concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2015 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degrau tarifário previsto para dezembro de 2015.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
Salários e outras obrigações a pagar	686	1.169
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	139	135
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	43	47
IRRF a recolher	48	61
Provisão de férias	490	538
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	172	189
	<b>1.578</b>	<b>2.139</b>

### 19. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

#### Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	3.252	370	3.622
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	53	130	183
(-) Pagamentos	(153)	(160)	(313)
(+) Atualização monetária	341	45	386
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<b>3.493</b>	<b>385</b>	<b>3.878</b>

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	3.493	385	3.878
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.192	117	1.309
(-) Pagamentos	(1.741)	(89)	(1.830)
(+) Atualização monetária	391	(51)	340
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>3.335</b>	<b>362</b>	<b>3.697</b>

#### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$6.034 em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.045 em 31 de dezembro de 2014), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

#### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2015, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$4.811 (R\$5.494 em 31 de dezembro de 2014), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis--Continuação

#### Política contábil--Continuação

##### (c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2015, não existem processos de natureza tributária (R\$397 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

### 20. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social é de R\$27.600 (R\$15.600 em 31 de dezembro de 2014), representado por 27.600.000 ações ordinárias (15.600.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014), nominativas e sem valor nominal.

#### b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo é de R\$5.520 (R\$3.120 em 31 de dezembro de 2014), sendo esse saldo o limite de constituição de reserva legal.

#### c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para a controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 256.638 ações ordinárias, como segue:

<u>Data</u>	<u>3ª outorga 25/04/2012</u>	<u>4ª outorga 25/04/2013</u>	<u>5ª outorga 28/04/2014</u>
Quantidade de opções de ações	20.667	47.541	188.430
Preço de período - R\$ por ação	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2015 foi registrado na rubrica "Plano de opção com base em ações" o valor de R\$136 (R\$158 em 31 de dezembro de 2014).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>3ª outorga</u>	<u>4º outorga</u>	<u>5º outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	20.667	-	-	20.667
Em 31 de dezembro de 2012	20.667	-	-	20.667
Outorgadas	-	47.541	-	47.541
Em 31 de dezembro de 2013	20.667	47.541	-	68.208
Outorgadas	-	-	188.430	188.430
Em 31 de dezembro de 2014	20.667	47.541	188.430	256.638
Canceladas (*)	(20.667)	(47.541)	(188.430)	(256.638)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) As opções foram canceladas em março de 2015, devido à transferência do beneficiário da Companhia para outra empresa do Grupo Econômico. O plano continua em vigor, motivo pelo qual a Reserva não foi revertida.

#### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2015 no valor de R\$58.771 refere-se a: R\$10.550 referente ao lucro do exercício de 2014, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015; R\$1.076 juros sobre capital próprio e R\$47.145 dividendos intermediários do exercício de 2015, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2016.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	63.593	67.795
Reserva legal	(2.400)	-
Base de cálculo dos dividendos	<u>61.193</u>	<u>67.795</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(47.145)	(56.465)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.076)	(780)
Dividendos e JSCP pagos (a pagar) no exercício seguinte	<u>12.972</u>	<u>10.550</u>



## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Receita líquida

#### Política contábil

##### *Receitas*

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- (c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

##### *Imposto sobre prestação de serviços*

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Receita líquida--Continuação

#### Política contábil--Continuação

#### *Imposto sobre prestação de serviços--Continuação*

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	<b>105.700</b>	101.325
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	<b>88.328</b>	82.255
Vale-pedágio	<b>39.939</b>	39.770
	<b>233.967</b>	223.350
Receitas de construção	<b>53.179</b>	43.102
Receitas acessórias (b)	<b>1.947</b>	1.799
Receita bruta	<b>289.093</b>	268.251
Deduções de receita bruta (c)	<b>(20.376)</b>	(19.444)
Receita líquida	<b>268.717</b>	248.807

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico;

(b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros;

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue a tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	<b>233.967</b>	223.350
Receitas acessórias	<b>1.947</b>	1.799
	<b>235.914</b>	225.149
Deduções		
Cofins (3%)	<b>(7.077)</b>	(6.754)
PIS (0,65%)	<b>(1.534)</b>	(1.463)
ISS (2% a 5%)	<b>(11.765)</b>	(11.221)
Descontos e abatimentos	<b>-</b>	(6)
	<b>(20.376)</b>	(19.444)

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	11.111	12.690
Conservação e manutenção	12.421	15.253
Serviços de terceiros (*)	31.151	31.103
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	1.308	1.261
Poder Concedente	3.680	2.536
Locação de imóveis e máquinas	1.072	1.166
Provisão para manutenção	5.600	5.398
Custos com construção	53.179	43.102
Depreciações e amortizações	28.916	16.389
Outros custos e despesas operacionais	2.909	4.447
	<u>151.347</u>	<u>133.345</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	135.503	113.490
Despesas gerais e administrativas	15.844	19.855
	<u>151.347</u>	<u>133.345</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

### 23. Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.084	1.539
Outras	233	144
	<u>1.317</u>	<u>1.683</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	-	(10.318)
Juros sobre debêntures	(20.432)	(2.594)
Amortização de custos com debêntures	(253)	(31)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1.487)	(961)
Outras	(1.148)	(1.152)
	<u>(23.320)</u>	<u>(15.056)</u>
Resultado financeiro	<u>(22.003)</u>	<u>(13.373)</u>

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Lucro por ação

#### a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>63.593</u>	<u>67.795</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>15.897</u>	<u>15.600</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>4,00</u>	<u>4,35</u>

#### b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 20.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### 25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a Administração de participação nos resultados a seus empregados vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício de 31 de dezembro de 2015, a PLR foi de R\$666 (R\$759 em 31 de dezembro de 2014), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

### 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Gestão de capital--Continuação

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

#### Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

##### a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

Os índices de endividamentos são os seguintes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dívida (a)	<b>166.842</b>	146.171
Caixa e equivalentes de caixa	<b>(11.621)</b>	(6.048)
Dívida líquida	<b>155.221</b>	140.123
Patrimônio líquido (b)	<b>46.430</b>	29.567
Índice de endividamento líquido	<b>3,34</b>	4,74

(a) A dívida é definida como debêntures circulantes e não circulantes e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nºs 14 e 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Gestão de capital--Continuação

##### a) *Risco de mercado--Continuação*

#### Considerações gerais--Continuação

- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 88,8% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	3.166	3.166
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	9.815	9.815
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	8.455	8.455
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	1.977	1.977
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	165.965	165.965

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas do balanço patrimonial.
- (iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Gestão de capital--Continuação

##### b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

##### c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$8.204 (R\$6.912 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

##### d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Gestão de capital--Continuação

##### d) *Risco de liquidez--Continuação*

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</b>	<b>Próximos 12 meses</b>	<b>Entre 13 e 24 meses</b>
Debêntures	105,7% do CDI	170.033	-

#### Análise de sensibilidade

##### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Juros a incorrer</b>		
		<b>Cenário I - provável</b>	<b>Cenário II - 25%</b>	<b>Cenário III - 50%</b>
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	676	507	339
Juros sobre debêntures	Alta do CDI	(27.251)	(28.214)	(29.153)
Juros a incorrer		(26.575)	(27.707)	(28.814)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

<b>Indicador</b>	<b>Cenário I - provável</b>	<b>Cenário II - 25%</b>	<b>Cenário III - 50%</b>
CDI (Aplicações financeiras)	14,97%	11,23%	7,49%
CDI (Debêntures)			



## Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Análise de sensibilidade--Continuação

##### *Risco de variação nas taxas de juros--Continuação*

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### 27. Plano de Previdência Privada

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal dos empregados. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$119 (R\$110 em 31 de dezembro de 2014), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2015, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura R\$ mil</b>
“All Risk” - responsabilidade civil	Janeiro de 2015 a janeiro de 2016	241.567
Seguro-garantia	Novembro de 2015 a janeiro de 2017	77.582
“All Risk” - perda de receita	Agosto de 2015 a agosto de 2016	243.387
“All Risk” - Danos materiais	Janeiro de 2015 a janeiro de 2016	798.183
“All Risk” - engenharia	Janeiro de 2015 a janeiro de 2016	17.624
Veículos	Fevereiro de 2015 a dezembro de 2016	Tabela Fipe

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

### Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de sua acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### Mensagem da Administração

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Ecovia" ou "Companhia") foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km. Ao todo, integram três rodovias: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecovia Caminho do Mar agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento nas metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da Companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

### PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

### RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

<b>VOLUME DE TRÁFEGO</b> (veículos equivalentes pagantes x mil)	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Var.</b>
Passeio	4.674	4.943	-5,4%
Comercial	10.897	11.171	-2,5%
<b>Total</b>	<b>15.571</b>	<b>16.114</b>	<b>-3,4%</b>

<b>Tarifa Média (em R\$)</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Var.</b>
Ecovia Caminho do Mar	15,03	13,86	8,4%

**Nota:** Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 15.571 mil em 2015, redução de 3,4%, desconsiderando o impacto da não cobrança dos eixos suspensos de 17 de abril à 07 de setembro apresentou aumento de 1,0%

A redução no tráfego comercial em 2015 foi devido à isenção dos eixos suspensos e ao arrefecimento da economia. Os veículos de passeio apresentaram redução no tráfego devido ao alto volume de chuvas registrado nos fins de semana.

Os reajustes contratuais das tarifas básicas de pedágio foram de 9,0% em 01/12/2014 e 7,2% em 01/12/2015, acima dos índices contratuais do período, devido a degressos tarifários de aditivos contratuais de anos anteriores.

## **RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

### **RECEITA BRUTA**

A receita bruta totalizou R\$ 289,1 milhões em 2015, aumento de 7,8%. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$20,4 milhões, superior 4,8% quando comparado com o exercício anterior.

**Receita de Pedágio** - crescimento de 4,8%, resultante dos reajustes contratuais nas tarifas de pedágio.

**Receita Acessória** – aumento de 8,2 %, nas receitas acessórias, principalmente devido ao monitoramento de cargas especiais.

**Receita de Construção** – aumento de 23,4%, principalmente, devido à realização de obras contratuais.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa n.º 21 da Demonstração Financeira da Companhia.

### **RECEITA LÍQUIDA**

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 268,7 milhões em 2015, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$ 215,5 milhões, aumento de 4,8% em relação a 2014.

## **CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento 13,5% totalizando R\$ 151,3 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 63,6 milhões, redução de 7,0%, mesmo com inflação de 10,7% no período. Esse resultado é reflexo do programa de corte de custos que está sendo implementado na Companhia. As variações observadas foram:

**Pessoal:** R\$ 11,1 milhões em 2015, redução de 12,4%, mesmo com a aplicação do reajuste salarial decorrente do acordo coletivo de 7,0%. Essa redução é reflexo do programa de corte de custos.

**Conservação e Manutenção:** R\$ 12,4 milhões em 2015, 19,0% inferior a 2014, resultante de economias com a manutenção de pavimento;

**Serviços de terceiros:** R\$ 31,1 milhões em 2015, em linha com 2014;

**Poder Concedente, Seguros, e Locações:** R\$ 6,1 milhões em 2015, 22,0% superior a 2014, devido ao início da cobrança da taxa de fiscalização da AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná) que correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio;

**Outros:** R\$ 2,9 milhões em 2015, 34,6% inferior a 2014, reflexo de economias na gestão dos custos básicos da empresa;

**Depreciação e Amortização:** R\$ 28,9 milhões em 2015, 76,4% superior a 2014, devido à maior base de ativos durante o ano de 2015;

**Provisão para Manutenção:** R\$ 5,6 milhões em 2015, aumento de 3,7% na previsão dos programas futuros para manutenção e renovação dos pavimentos das rodovias, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

**Custo de construção de obras:** R\$ 53,2 milhões em 2015, 23,4% superior a 2014, principalmente, devido à realização de obras contratuais.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa n.º 22 da Demonstração Financeira da Companhia.

## **EBITDA e MARGEM EBITDA**

O EBITDA em 2015 foi de R\$ 146,3 milhões (margem EBITDA de 54,4%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 151,9 milhões com crescimento de 10,6% e margem EBITDA de 70,5%.

## **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 22,0 milhões, crescimento de 64,5% em relação aos R\$ 13,4 milhões negativos em 2014. Esse aumento refere-se, principalmente, à variação do CDI indexador das debêntures (+2,5 p.p.) quando comparado com 2014.

## **LUCRO LÍQUIDO**

Em 2015, a Ecovia Caminho do Mar apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 63,6 milhões, 6,2% inferior a 2014. Essa redução deve-se, principalmente, ao aumento da despesa financeira.

## **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO**

A Companhia encerrou dezembro de 2015 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R\$ 11,6 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$ 166,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), de R\$ 154,4 milhões.

A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 1,1x. Considerando o Endividamento financeiro líquido/EBITDA Pro-forma o indicador foi de 1,0x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide notas explicativas n.º 4/13/16 e 25 da Demonstração Financeira da Companhia.

## **CAPEX**

O Capex realizado pela Ecovia Caminho do Mar totalizou R\$ 62,0 milhões em 2015, 13,3% superior quando comparado a 2014, com destaque para investimentos em duplicação, manutenção e recuperação de pavimento.

Informações sobre Os relatórios de Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., disponível no site da [www.ecorodovias.com.br/tri](http://www.ecorodovias.com.br/tri)

## **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2015: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$104,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*